



**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E  
DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS  
EXERCÍCIO 2004**

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**

### **SUMÁRIO**

▪ <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	
<b>Quadro I – Balanço Patrimonial</b>	<b>3</b>
<b>Quadro II – Demonstração do Resultado</b>	<b>5</b>
<b>Quadro III – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos</b>	<b>6</b>
<b>Quadro IV – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>8</b>
<b>Quadro V – Demonstrativo da Composição Acionária do         Capital Social</b>	<b>10</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	<b>11</b>
▪ <b>PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>19</b>
▪ <b>RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – MENSAGEM AOS ACIONISTAS</b>	<b>21</b>

**QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

	<u>2004</u>	<u>R\$ 2003</u>
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	438.332	67.629
Aplicações financeiras	2.003.833	-
Contas a receber de clientes	1.407.221	760.029
Estoques	34.654	23.811
Despesas antecipadas	91.726	149.060
Adiantamentos concedidos	38.415	44.778
Imóvel desapropriado em fase de recebimento	230.214	198.273
Valores a receber de imóveis vendidos	302.165	-
Tributos a recuperar	164.745	117.283
Outros créditos e valores	171.694	31.946
	<u><b>4.882.999</b></u>	<u><b>1.392.809</b></u>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Desapropriação de imóveis a receber	1.584.601	2.018.972
Valores bloqueados pela Justiça	1.073.307	913.929
Cobranças judiciais	2.118.735	1.101.444
Depósitos judiciais	603.214	636.320
Valores a receber de imóveis vendidos	100.722	-
Outros créditos e valores	66.887	37.368
	<u><b>5.547.466</b></u>	<u><b>4.708.033</b></u>
<b>PERMANENTE</b>		
Imobilizado	<u><b>40.584.921</b></u>	<u><b>43.285.338</b></u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><u><b>51.015.386</b></u></u>	<u><u><b>49.386.180</b></u></u>

**QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
**(continuação)**

		R\$
	2004	2003
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	456.223	404.028
Salários e contribuições previdenciárias	689.005	747.133
Obrigações tributárias	192.711	647.784
Parcelamentos a pagar	1.123.228	1.739.504
Parcelamento REFIS	225.000	-
Convênio Banco do Brasil	359.656	-
Provisão para contingências	2.500.000	623.661
Acordos trabalhistas	-	307.483
Outras obrigações a curto prazo	119.073	164.293
	<b>5.664.896</b>	<b>4.633.886</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Provisão para contingências	3.634.261	6.726.117
Parcelamento REFIS	5.468.312	5.539.797
Provisão para tributos a recolher	617.898	-
Parcelamentos a pagar	280.807	1.052.242
	<b>10.001.278</b>	<b>13.318.156</b>
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		
Capital Social	161.176.620	159.176.620
Prejuízo Acumulado	(125.827.408)	(127.742.482)
	<b>35.349.212</b>	<b>31.434.138</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>51.015.386</b>	<b>49.386.180</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

**QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

	<b>2004</b>	<b>R\$ 2003</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Armazenagem e Serviços	15.385.795	14.674.252
<b>Deduções de Vendas e de prestação de serviços</b>		
Deduções da Receita	(1.539.870)	(1.324.800)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>13.845.925</b>	<b>13.349.452</b>
<b>Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>		
Custos dos serviços prestados	(8.056.330)	(8.023.049)
Depreciação	(3.517.455)	(4.546.740)
Reversão de Provisões Constituídas	-	1.468
	<b>(11.573.785)</b>	<b>(12.568.320)</b>
	<b>2.272.140</b>	<b>781.132</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		
Despesas Gerais e Administrativas	3.767.951	4.452.915
Reversão de Provisões Constituídas	(344.754)	(2.963.754)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	(1.717.943)	(660.921)
Despesa financeira líquida	213.594	698.563
Variação monetária passiva	172.677	449.415
	<b>2.091.525</b>	<b>1.976.217</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>180.615</b>	<b>(1.195.085)</b>
Resultado não operacional		
Alienação de imóveis	1.813.972	203.578
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>1.994.587</b>	<b>(991.507)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.257)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.986.330</b>	<b>(991.507)</b>
Lucro (prejuízo) líquido por ação (lote de mil ações)	0,05	(0,03)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

### QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		R\$
	2004	2003
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>		
NAS OPERAÇÕES SOCIAIS		
Superávit do exercício	1.986.330	-
Despesas (receitas) que não afetam o Capital Circulante:		
• Depreciação e amortização	3.517.455	-
• Reversão de provisão	(344.754)	-
• Atualizações e juros do ELP	449.474	-
• Lucro na venda do Imobilizado	(1.813.971)	-
DE ACIONISTAS		
• Integralização de Capital	2.000.000	-
DE TERCEIROS		
Redução no RLP	813.110	554.027
Alienação do Imobilizado	1.954.901	131.003
Transferência de obrigações do circulantes para o longo prazo	617.899	
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>9.180.444</b>	<b>685.030</b>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		
DAS OPERAÇÕES		
Prejuízo acumulado	-	991.507
Ajustes de exercícios anteriores	-	73.638
Ajustes ao Resultado:		
• Depreciação	-	(4.546.740)
• Variação Monetária Ativa	250.928	415.219
• Variação Monetária Passiva	-	(1.215.021)
• Reversão Provisão ELP	-	2.927.729
Aumento do RLP	1.398.769	-
Adições do Imobilizado	1.032.069	359.160
Provisão ELP	-	(524.883)
Diminuição ELP	723.192	1.755.461
Transferência do ELP para o circulante	3.316.306	1.439.746
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>6.721.264</b>	<b>1.675.816</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>2.459.180</b>	<b>(990.786)</b>

**QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE  
RECURSOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(continuação)**

	<u>2004</u>	<u>R\$ 2003</u>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
• No início do exercício	1.392.809	1.737.115
• No fim do exercício	4.882.999	1.392.809
	<u><b>3.490.190</b></u>	<u><b>(344.306)</b></u>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
• No início do exercício	4.633.886	3.987.406
• No fim do exercício	5.664.896	4.633.886
	<u><b>1.031.010</b></u>	<u><b>646.480</b></u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<u><b>2.459.180</b></u>	<u><b>(990.786)</b></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

**QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**

			R\$
	Capital Social integralizado	Prejuízos Acumulados	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002</b>	<b>159.176.620</b>	<b>(126.677.337)</b>	<b>32.499.283</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	(73.638)	(73.638)
Prejuízo do exercício	-	(991.507)	(991.507)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003</b>	<b>159.176.620</b>	<b>(127.742.482)</b>	<b>31.434.138</b>
Integralização de capital	2.000.000	-	2.000.000
Ajustes de exercícios anteriores	-	(71.256)	(71.256)
Lucro líquido do exercício	-	1.986.330	1.986.330
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(125.827.408)</b>	<b>35.349.212</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras



## QUADRO V – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

**CASEMG - CIA. DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**COMPOSIÇÃO DO CAPITAL**  
**AÇÕES SEM VALOR NOMINAL**

Nº DE ORDEM	ACIONISTAS	CAUTELA NÚMERO	CAUTELA DATA EMISSÃO	QTE DE AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL VOTANTE	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL TOTAL	VALOR (R\$) ATUAL
	<b>CAPITAL INTEGRALIZADO</b>			<b>40.212.516.561</b>		<b>100,0000000000</b>	<b>161.176.620,00</b>
	<b>AÇÕES ORDINÁRIAS</b>			<b>38.248.984.609</b>	<b>100,0000000000</b>	<b>94,8708838974</b>	<b>152.909.684,03</b>
1	GOVERNO FEDERAL	375	22/12/1993	37.380.952.565	97,7305749345	92,6034203596	149.255.062,94
2	CONAB	358	22/12/1993	742.667.252	1,9416652745	1,9399870527	3.126.805,56
3	BDMG	359	22/12/1993	79.638.448	0,2082106200	0,2080306561	335.296,78
4	RURALMINAS	360	22/12/1993	36.611.905	0,0957199397	0,0956372084	154.144,82
5	CREDIREAL	361	22/12/1993	4.542.557	0,0118762813	0,0118660138	19.125,24
6	BANCO BEMGE S/A	362	22/12/1993	4.538.272	0,0118650784	0,0118548211	19.107,20
7	CSBC	363	22/12/1993	12.100	0,0000316348	0,0000316051	50,94
8	AGRIPINO ABRANCHES VIANA	364	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
9	RAIMUNDO MENDES	365	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
10	MARCOS ABREU SILVA	366	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
11	MINAS CAIXA (Massa Falida)	367	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
12	JOSÉ KALIL SALES LACERDA	376	22/12/1993	1.180	0,0000030850	0,0000030836	4,97
13	HUMBERTO ELRICK LADEIRA	369	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
14	HIGINO V. FONSECA	370	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
15	AFONSO M. N. FILHO	371	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
16	VICENTE PAULA. PINTO (Espólio)	372	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
17	COOP. CONS. SERVIDORES DER	373	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
18	WALTER R. SILVA (Espólio)	374	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
	<b>AÇÕES PREFERENCIAIS</b>						
1	CONAB	26	22/12/1993	1.963.531.952		5,1291161026	8.266.935,97

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 e 2003**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos agrícolas, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de Julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como armazéns gerais em 20 unidades de armazenagem e negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

### **2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

#### **(a) Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os princípios contábeis previstos na legislação societária e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas para o registro de direitos e obrigações, observado o princípio do conservadorismo. Essas estimativas abrangem vida útil de ativos imobilizados, e estimativa para perdas com contingências, entre outras.

#### **(b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e incidem sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes. Incluem, também, os ajustes de ativos a valor de mercado ou de realização, inclusive a provisão para fazer face às perdas prováveis na realização de contas a receber de clientes e de terceiros, quando necessário.

**(c) Aplicações financeiras**

Estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, líquido de Imposto de Renda na Fonte, em linha com o valor de mercado.

**(d) Provisão para créditos duvidosos**

Constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de valores a receber em curto prazo e a processos que estão em cobrança judicial.

**(e) Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, atualizações monetárias e provisões para prováveis perdas.

**(f) Imobilizado**

O imobilizado da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 com base em índices oficiais, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota explicativa nº 10.

**(g) Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

**(h) Imposto de renda e contribuição social**

São calculados com base no resultado contábil apurado mensalmente, ajustado por adições e exclusões a este resultado, e sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada exercício social, sendo 15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 20.000 mensais para o imposto de renda, e 9% para contribuição social.

**3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Decorrem de valores recebidos para integralização de capital, e aplicados em Fundos de Investimentos Financeiros, a taxas praticadas pelo mercado, junto ao Banco do Brasil.

#### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de R\$ 1.407.221 em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 760.029 – 31/12/03) refere-se a valores a receber de clientes decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, líquido de provisão para perdas constituída de R\$ 30.872

(R\$ 23.210 em 2003) correspondente a valores de serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro de 2003.

#### 5. IMÓVEL DESAPROPRIADO EM FASE DE RECEBIMENTO

O saldo de R\$ 230.214 refere-se a valores a receber decorrente de desapropriação de um imóvel, feito pela Prefeitura Municipal de Uberaba em 2001. O recebimento desta desapropriação está sendo feito em parcelas, num total de 60 meses.

#### 6. VALORES A RECEBER DE IMÓVEIS VENDIDOS

Referem-se à venda de imóvel na Cidade de Unaí ocorrida no ano de 2004, pelo valor total de R\$ 715.001, sendo R\$ 143.001 recebidos à vista e o restante da dívida parcelada em 23 parcelas de R\$ 24.870. Em 31 de dezembro de 2004 restam a serem recebidas 16 parcelas, da seguinte forma:

	<u>R\$</u> <u>2004</u>
Valores a receber em curto prazo	302.165
Valores a receber em longo prazo	100.722
	<u><u>402.887</u></u>

#### 7. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER

	<u>2004</u>	<u>R\$</u> <u>2003</u>
Prefeitura Municipal de Uberaba – EADI	134.292	313.933
Prefeitura Municipal de Ipanema	459.957	459.957
Prefeitura Municipal de Muriaé	1.235.681	1.235.681
Prefeitura Municipal de Centralina	9.401	9.401
	<u>1.839.331</u>	<u>2.018.972</u>
(-) Provisão para perdas	(254.730)	
	<u><u>1.584.601</u></u>	<u><u>2.018.972</u></u>

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A provisão para perdas demonstrada está baseada na expectativa de êxito no mérito das ações informada pelo assessores jurídicos da companhia.

## 8. COBRANÇAS JUDICIAIS

O saldo desta conta em 31 de dezembro 2004, de R\$ 2.118.735, decorre de valores a receber relativos à concessão de direito real de uso.

	R\$	
	2004	2003
Prefeitura Municipal de Frutal	888.174	756.312
Prefeitura Municipal de Felixlândia	192.828	153.971
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	132.580	114.694
Prefeitura Municipal de São Francisco	18.178	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	99.585	84.807
Prefeitura Municipal de Governador Valadares	683.489	-
Usapanos Panos Limpeza	209.230	184.296
Iconomil	135.421	105.950
Líria de Cássia Salomão	34.802	26.917
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.402	16.999
Valdir José Faria	1.287	1.288
	<b>2.417.976</b>	<b>1.463.412</b>
(-) Provisão para perdas	(299.241)	(361.968)
	<b>2.118.735</b>	<b>1.101.444</b>

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A provisão para perdas demonstrada está baseada na expectativa de êxito no mérito das ações informada pelo assessores jurídicos da companhia.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 603.214 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face a depósitos recursais relativos a ações trabalhistas. A companhia constituiu provisão no passivo para suportar estas eventuais perdas.

**10. IMOBILIZADO**

	R\$		Taxa anual de depreciação
	2004	2003	
Edificações	91.749.610	92.055.756	4%
Máquinas Equipamentos	50.423.905	50.492.935	10%
Móveis e Utensílios	718.391	696.185	10%
Veículos	248.032	326.878	20%
Armazéns e Silos	7.312.959	7.282.958	4%
Terrenos	720.361	741.628	
Obras em andamento	199.088	3.961	
Direitos de propriedade	157.220	38.220	
	<b>151.529.566</b>	<b>151.638.521</b>	
(-) Depreciação Acumulada	(110.944.645)	(108.353.183)	
Total	<b>40.584.921</b>	<b>43.285.338</b>	

Durante o exercício de 2004 ocorreram baixas do imobilizado por força de alienações provenientes de leilões oficiais de bens móveis, desapropriação do imóvel de Vazante, no valor de R\$ 220.000; alienação do imóvel de Unaí no valor de R\$ 715.001; e desapropriação do imóvel de Governador Valadares cujo resultado líquido, ganho ou perda está apresentado no balanço pelo valor de R\$ 1.813.972.

**11. PARCELAMENTOS A PAGAR**

	R\$	
	2004	2003
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab	1.123.228	980.320
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig	-	759.184
	<b>1.123.228</b>	<b>1.739.504</b>

No transcorrer do ano de 2004 a companhia quitou sua dívida com a Cemig.

A dívida da Conab começou a ser quitada em abril de 2001, e foi dividida em 60 meses. Em 31 de dezembro de 2004 restam 15 parcelas sendo que no exigível a longo prazo está registrado o restante do débito que totaliza R\$ 280.807.

## 12. PARCELAMENTO REFIS

Em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o saldo devedor do REFIS é como segue:

	R\$	
	2004	2003
INSS	4.179.912	4.179.912
COFINS	297.885	297.885
PASEP	58.090	58.090
FUNDAF	6.272	6.272
SUB.TOTAL	4.542.158	4.542.158
MULTA E JUROS	6.311.760	6.050.227
<b>Débito Total</b>	<b>10.853.918</b>	<b>10.592.385</b>
Compensação de Prejuízos Fiscais	5.310.145	5.310.145
Estorno de decréscimo da dívida	3.976	
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>5.539.797</b>	<b>5.282.240</b>
Pagamento de parcelas no exercício	227.464	211.869
Atualização monetária no exercício	384.955	469.426
<b>Saldo devedor REFIS</b>	<b>5.693.312</b>	<b>5.539.797</b>
<b>Dividido em:</b>		
Passivo Circulante	225.000	
Exigível a longo prazo	5.468.312	5.539.797

## 13. CONVÊNIO BANCO DO BRASIL

O saldo de R\$ 359.656 desta conta decorre de provisão para pagamento ao Banco do Brasil pela cessão de funcionários de seu quadro à CASEMG, sendo que deste total R\$ 113.860 se refere ao gasto incorrido em 2003 e R\$ 245.796 incorrido em 2004.

## 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA

A empresa mantém provisão para contingências registrada no Passivo Circulante, de R\$ 2.500.000, e no Exigível à Longo Prazo, de R\$ 3.634.261, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas.

Em 2004 foram liquidados acordos trabalhistas, no total de R\$ 575.034. Ocorreram ainda, a reversão de R\$ 344.754 da conta de provisão para contingências do exigível a longo prazo, proveniente acordos trabalhistas realizados.



O saldo desta conta em 31 de dezembro 2004, de R\$ 1.073.307, decorre de valores bloqueados pela Justiça do Trabalho, a partir do ano de 2000, para garantir o pagamento de indenizações de ações trabalhistas que estão sub-júdice.

## 15. PROVISÃO PARA TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>R\$</u> <u>2004</u>
ISS a recolher Prefeitura de Frutal	581.520
IPTU a recolher Prefeitura de Frutal	<u>36.078</u>
	<u><b>617.898</b></u>

O ISS e o IPTU a recolher referem-se a débitos mantidos junto à Prefeitura Municipal de Frutal, desde 1991, que estão sendo discutidos judicialmente, sendo que em 2004 eles foram reclassificados para o longo prazo. Segundo os assessores jurídicos da companhia, em 2005 existe grande possibilidade de haver uma negociação entre esta Prefeitura e a Casemg.

## 16. CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2004 foi homologado o aumento de capital da companhia, aprovado através da AGE de 15/10/2004, no montante de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais). Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2004 é R\$ 161.176.620 (R\$ 159.176.620 em 2003), dividido em 40.212.516.561 ações (37.807.040.061 – 2003), sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,96%); CONAB (6,73%); BDMG (0,20%); Outros (0,11%).

## 17. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores lançados em 2004, de R\$ 71.256, decorrem substancialmente de despesas com salários e encargos sociais sobre os serviços de terceiros a serem ressarcidos ao Banco do Brasil pela cessão de funcionários de seu quadro.



## 18. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31.12.2004 e 31.12.2003 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	R\$	
	2004	2003
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>654.358</b>	<b>1.026.364</b>
Juros/Multas pagos ou incorridos:		
- Multas dedutíveis e indedutíveis		
- Juros incorridos s/ Parcelamento Contrib. Federais	62.467	64.270
- Juros incorridos s/ Parcelamentos e Outros	11.060	26.833
- Juros Pagos s/ contribuições, impostos e outros	80.457	356.782
TJLP sobre REFIS	24.433	24.257
Comissões, despesas bancárias e outras	384.955	469.426
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>440.764</b>	<b>327.801</b>
Taxa de Permanência	132.040	84.828
Apropriação de Juros e multas	304.891	242.973
Renda de aplicação financeira	3.833	
<b>Total</b>	<b>213.594</b>	<b>698.563</b>

## 19. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2004, a companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

## 20. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da companhia são R\$ 8.865 e R\$ 7.240, respectivamente, e dos Empregados são de R\$ 4.009 e R\$ 586, respectivamente.

## **DIRETORIA**

**CÉLIO GOMES FLORIANI**

Diretor-Presidente

**DANILO DE SIQUEIRA CAMPOS**

Diretor Técnico Operacional

**DANUZA BIAS FORTES CARNEIRO**

Diretora Administrativa

**SEBASTIÃO MARTINS FERREIRA JUNIOR**

Diretor Financeiro

Contadora:

Vanda Lúcia Batista

CRC- 56.389

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



**TEIXEIRA & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes

Rua Paraíba, 1.352 – 12º andar – Funcionários CEP: 30.130-141  
Belo Horizonte/MG - Tel.: 0xx31 3282.9939 Fax: 0xx 3282.0687  
www.teixeira-auditores.com.br auditoria@teixeira-auditores.com.br

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

24 de fevereiro de 2005.

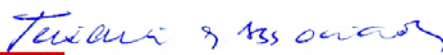



Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS –  
CASEMG**  
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG levantado em 31 de dezembro de 2004 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, referentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto, exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 5 seguintes.
3. Não nos foram apresentadas todas as certidões de registro dos imóveis da companhia, com o objetivo de confirmar a sua propriedade e verificar a eventual existência de ônus sobre os mesmos. A companhia nos informou existir o total de R\$ 25.468.326 de imóveis com pendências em processo de regularização. Apesar da existência de controle físico sobre os bens do imobilizado, a extensão de nossos trabalhos não abrangeu a inspeção física dos referidos bens com o objetivo de confirmar a validade dos controles e o valor dos bens contabilizados.
4. Conforme demonstrado nas Notas explicativas nºs 7 e 8, em 31 de dezembro de 2004, a companhia possuía saldo a receber decorrente de desapropriações de diversos imóveis, de R\$ 1.839.331, bem como valores decorrentes de cobranças judiciais a receber, principalmente de prefeituras, de R\$ 2.417.976. A companhia, baseada na opinião de sua assessoria jurídica quanto à perspectiva de êxito das ações judiciais e por entender que seu procedimento tem amparo na legislação aplicável à matéria, particularmente o que dispõem a alínea “a”, parágrafo 5º, art. 176, da Lei 6.404/76, e o art. 9º da Lei 9.430/96, constituiu provisão para esses ativos, no montante de R\$ 553.971. Não nos é possível ajuizar se o montante da provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes da não realização desses ativos, conforme requerido pelas práticas contábeis brasileiras e pelos critérios consubstanciados no Art. 183, Inciso I, da Lei 6.404/76.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

 **TEIXEIRA & ASSOCIADOS**

5. Até a data de conclusão de nossos trabalhos não havíamos recebido de clientes a confirmação de saldos de contas a receber, no total de R\$ 759.826, para fins de comparação com os registros contábeis da companhia. O recebimento dessas confirmações constitui procedimento de auditoria requerido nas circunstâncias.
6. Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais efeitos das limitações à análise mencionadas nos parágrafos 3 a 5 supra, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1º apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG em 31 de dezembro de 2004 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
7. Conforme descrito na Nota Explicativa no. 1, a companhia é uma empresa estatal, cujo controle era detido pelo Estado de Minas Gerais mas foi transferido em 26 de maio de 2000 para a União, tendo sido incluída no PND – Programa Nacional de Desestatização.
8. O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, apresentadas para fins de comparabilidade, foi conduzido sob a responsabilidade dos auditores independentes, Srs. PKF – Pannell Kerr Forster International, que emitiram parecer com data de 26 de fevereiro de 2004, sem ressalvas.

  
 **TEIXEIRA & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes  
CRC-MG 5.194  
**DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA**  
Sócio e Diretor  
Contador CRC-MG 14.105  
**ADRIANO REZENDE THOMÉ**  
Diretor  
Contador CRC-MG 77.874

## **RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **MENSAGEM AOS ACIONISTAS**

O Relatório de Gestão da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, elaborado em cumprimento de disposição estatutária e do disposto no Inciso II do art. 14 da Instrução Normativa TCU No. 47, de 27 de outubro de 2004, consubstancia as principais informações sobre o seu desempenho em 2004, enfocando os objetivos e metas estabelecidos para o exercício, as ações empreendidas para o seu alcance e os resultados obtidos.

Iniciou-se, em 2004, nova etapa na vida da Empresa após a transferência de seu controle acionário para a União, na qual o principal objetivo estratégico passa a ser a elevação do seu valor de mercado. No âmbito de um Programa de Desenvolvimento Empresarial foram definidas a Missão e a Visão de Futuro e estabelecidos os objetivos e projetos que dão materialidade às opções estratégicas adotadas: a) equacionamento econômico, financeiro e patrimonial; b) modernização de gestão; c) otimização da capacidade instalada; e d) ampliação das bases do negócio.

As Demonstrações Financeiras de 2004 atestam o bom desempenho da CASEMG em 2004, com fulcro na análise comparativa do resultado com os de anos anteriores e também pela evolução de seus indicadores patrimoniais, econômicos e financeiros.

Confirmando as expectativas manifestadas quando do encerramento de 2003, o resultado deste exercício apresenta-se superavitário, após 15 anos de prejuízos sucessivos. Verifica-se, em relação aos anos anteriores, considerável elevação da receita de serviços, decorrente da maior ocupação das unidades de armazenagem, do incremento das operações de transbordo e da adoção de diferentes formas de contratação e prestação de serviços. Por outro lado, as medidas de redução de custos e racionalização de processos, implementadas desde a federalização, já apresentam resultados concretos, contribuindo positivamente para a formação do resultado.

Verifica-se elevação de 250,59% no Ativo Circulante, propiciada, principalmente, pelo aumento do capital social, mediante subscrição de ações pela União, e pela apropriação da alienação e desapropriação de bens imóveis.

A redução de 6,24% do Ativo Imobilizado origina-se na depreciação de bens, ainda elevada para a capacidade de geração de receitas, bem como nas baixas efetuadas no período, decorrentes de alienação e desapropriação de imóveis. Este decréscimo foi parcialmente compensado pela retomada dos investimentos em manutenção e modernização das Unidades de Armazenagem e Negócios e da Sede Administrativa.



O Passivo Circulante apresenta incremento de 22,11%, principalmente pela transferência, do Exigível a Longo Prazo, de provisões para contingências trabalhistas, parcialmente compensada pela liquidação de dívidas do período pré-federalização. Em contrapartida, verifica-se no Exigível a Longo Prazo redução de 24,90%, em função de pagamentos de acordos trabalhistas e das transferências para o Circulante.

O aumento de 12,45% no Patrimônio Líquido, de R\$ 31,4 milhões para R\$ 35,3 milhões, decorre do aporte de capital de R\$ 2,0 milhões, homologado em 03.12.2004, e do lucro registrado no exercício, proveniente do ganho na venda de ativos e do aumento na receita bruta de venda de serviços combinado com a redução de despesas.

Percebe-se pelos índices financeiros um notável aumento na liquidez, em função do aumento de capital registrado, mas também da redução do passivo, demonstrada pelo menor endividamento.

Estes indicadores permitem afirmar que a Empresa já apresenta resultados positivos em caráter consistente e duradouro, apontando para a obtenção, já em 2005, do almejado equilíbrio financeiro.

No âmbito da responsabilidade social, merece destaque o amadurecimento da participação no Programa Fome Zero, em especial a implantação das hortas comunitárias, tradicionais e em estufas convencionais e hidropônicas, em parceria com organizações públicas e privadas, hoje em plena produção em 6 localidades, apresentando resultados bem superiores aos que apontavam as previsões mais otimistas.

Em um contexto em que se fazem presentes o crescimento do nível de atividade, a valorização do patrimônio, a recuperação dos índices de liquidez e o fortalecimento da imagem, a CASEMG contabiliza em 2004 mais um período de realizações, só possível graças ao apoio e a determinação de seus funcionários, parceiros e acionistas, que não mediram esforços no propósito de encontrar as melhores soluções para os diversos e complexos desafios surgidos. Confiamos que igual comprometimento e dedicação estarão presentes em 2005 e renovamos nossa disposição de perseverar na busca do sucesso e da excelência.

## A ADMINISTRAÇÃO



Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais  
Rua Timbiras, 1754 – 14º/15º andares  
30140-061 – Belo Horizonte/MG  
F: (31)3272.2834 – 3272.2835 – Fax: (31)3272.2829  
E-mail: [casemg@casemg.com.br](mailto:casemg@casemg.com.br)  
[www.casemg.com.br](http://www.casemg.com.br)